



Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

DECISÃO DE DIRETORIA Nº 085/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Altera a redação e inclui dispositivos à Decisão de Diretoria nº 81/2022/P, de 24 de agosto de 2022, que estabelece os procedimentos que devem ser seguidos no âmbito dos processos administrativos licenciadores.

A Diretoria Colegiada da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições estatutárias e regulamentares, e considerando o contido no Relatório à Diretoria nº 024/2022/P, que acolhe, e,

DECIDE:

Artigo 1º. Os dispositivos a seguir indicados da Decisão de Diretoria nº 81/2022/P, de 24 de agosto de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação:

a) artigo 4º integralmente:

“Artigo 4º. Para os fins desta Decisão de Diretoria, entende-se por:

I. autorização ambiental: ato administrativo com prazo de validade que autoriza a execução de uma atividade específica voltada à supressão de vegetação ou intervenção em recursos naturais, podendo ser solicitada isoladamente ou estar vinculada à atividade ou ao empreendimento licenciado;



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

II. autorização de supressão de vegetação: modalidade de autorização ambiental que autoriza a supressão de vegetação nativa nos casos previstos em lei, estabelecendo condicionantes e medidas mitigadoras e/ou compensatórias;

III. autorização de intervenção em área de preservação permanente: modalidade de autorização ambiental que autoriza a execução de atividades ou empreendimentos que interfiram de alguma forma em Área de Preservação Permanente (APP), nos casos previstos na legislação;

IV. autorização de supressão de árvores isoladas: modalidade de autorização ambiental que autoriza o corte de exemplares arbóreos que ocorram fora de fragmentos de vegetação nativa;

V. Parecer Técnico: documento pelo qual a CETESB emite manifestação a respeito de assuntos inerentes às suas atribuições.

VI. Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental ("Cadri"): documento que aprova o encaminhamento de resíduos de interesse ambiental a locais de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final, licenciados ou autorizados pela CETESB.

VII. licença ambiental: ato administrativo que estabelece as condições, restrições, medidas de controle e monitoramentos ambientais, medidas de mitigação e compensação de impacto ambiental que deverão ser cumpridos pelo empreendedor responsável pela instalação e operação de atividades



Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

fontes de poluição, que utilizem recursos naturais ou que possam causar degradação do meio ambiente;

VIII. licenciamento ambiental: processo administrativo que visa a emissão de licença ambiental de atividades e empreendimentos;

IX. licenciamento ambiental ordinário: processo administrativo que visa a emissão de licença ambiental de atividades e empreendimentos constantes no Anexo V do Regulamento da Lei Estadual nº 997/1976, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8.468/1976.

X. licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental: processo administrativo que visa a emissão de licença ambiental de atividades e empreendimentos com análise de estudos específicos para avaliação dos significativos impactos ambientais nos termos das Resoluções CONAMA nº 01/1986 e nº 237/1997, pela Resolução SMA nº 49/2014 e pela Decisão de Diretoria nº 153/2014/I.

XI. licença prévia (LP): ato administrativo concedido na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação;

XII. licença de instalação (LI): ato administrativo que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos



Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

XIII. licença de operação (LO): ato administrativo que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;

XIV. licença de operação a título precário (LOTP): ato administrativo que autoriza a operação da atividade ou empreendimento com a finalidade de serem realizados os testes necessários a verificar a eficiência do sistema de controle de poluição do meio ambiente;

XV. renovação de licença de operação (LOR): ato administrativo que autoriza a continuidade da operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;

XVI. Alvará de Licença: ato administrativo para finalizar o procedimento do licenciamento ambiental em Área de Proteção aos Mananciais ("APM") ou Área de Proteção e Recuperação aos Mananciais ("APRM"), contendo as restrições ambientais estabelecidas na legislação de APM/APRM, os dados do empreendimento objeto de licenciamento aprovado e as exigências técnicas estabelecidas para a implantação ou regularização do empreendimento ou atividade;



Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

XVII. Alvará de Licença de Obras Públicas: Alvará de Licença com finalidade de obras públicas;

XVIII. Declaração para Vinculação: documento emitido após a conclusão da análise técnica e documental, contendo as restrições ambientais estabelecidas na legislação de Área de Proteção aos Mananciais (“APM”) ou Área de Proteção e Recuperação aos Mananciais (“APRM”) e os dados do empreendimento objeto de licenciamento aprovado, apresentado pelo empreendedor ao Cartório de Registro de Imóveis para que este proceda à averbação destas informações nas respectivas matrículas do empreendimento, quando exigido pela legislação específica;

XIX. Interessado: pessoa física ou jurídica que apresenta perante a CETESB uma solicitação de licença ou autorização ambiental;

XX. Solicitação de (SD) ou Requerimento: solicitação de licença ou autorização ambiental protocolada na plataforma eletrônica utilizada pela CETESB para fazer a gestão dos processos administrativos;

XXI. autoridade licenciadora: empregado(a) da CETESB responsável pela emissão das licenças e autorizações ambientais;

XXII. autoridade julgadora de primeira instância: empregado(a) da CETESB responsável pela emissão da decisão de primeira instância;

XXIII. decisão de primeira instância: ato de julgamento proferido pela autoridade julgadora de primeira instância sobre recurso contra a decisão de



Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

indeferimento total ou parcial da concessão da licença ou autorização ambiental, proferido pelo agente licenciador ou autorizador, passível de recurso pelo interessado;

XXIV. decisão de segunda instância: ato de julgamento proferido pela autoridade julgadora de segunda instância sobre decisão de primeira instância, contra a qual não cabe mais recurso;

XXV. decisão de última instância: a decisão proferida pela autoridade julgadora de segunda instância ou pela autoridade julgadora de primeira instância e contra a qual não foi interposto recurso no prazo devido;

XXVI. Estudo Ambiental Simplificado (“EAS”): documento técnico com informações que permitem analisar e avaliar as consequências ambientais de atividades e empreendimentos considerados de impactos ambientais muito pequenos e não significativos, em que são propostas medidas mitigadoras com vistas à sua implantação e operação.

XXVII. Relatório Ambiental Preliminar (“RAP”): estudos técnicos e científicos elaborados por equipe multidisciplinar que, além de oferecer instrumentos para a análise da viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade, destinam-se a avaliar sistematicamente as consequências das atividades ou empreendimentos considerados potencialmente causadores de degradação do meio ambiente, em que são propostas medidas mitigadoras com vistas a sua implantação e operação.



Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

XXVIII. Estudo de Impacto Ambiental (“EIA”): estudos técnicos e científicos elaborados por equipe multidisciplinar que, além de oferecer instrumentos para a análise da viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade, destinam-se a avaliar sistematicamente as consequências consideradas potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente e a propor medidas mitigadoras e/ou compensatórias com vistas a sua implantação e operação.

XXIX. Relatório de Impacto Ambiental (“Rima”): documento-síntese dos resultados obtidos com a análise dos estudos técnicos e científicos de avaliação de impacto ambiental que compõem o EIA, em linguagem objetiva e acessível à comunidade em geral, que deve refletir as conclusões desse estudo com linguagem clara, de modo que se possam entender precisamente as possíveis consequências ambientais do empreendimento ou atividade e suas alternativas e também comparar suas vantagens e desvantagens.

XXX. Consulta prévia: requerimento de orientação quanto à definição do tipo de estudo ambiental adequado para análise da viabilidade ambiental de atividade ou empreendimento potencial ou efetivamente causador de impacto ao meio ambiente, acompanhado de informações que caracterizem seu porte, sua localização e os impactos esperados para sua implantação.

XXXI. Termo de Referência: documento elaborado pelo empreendedor e aprovado pela CETESB, com base em manual de instrução disponibilizado na página eletrônica oficial da CETESB, o qual estabelece as diretrizes e critérios gerais para a elaboração de EIA/Rima.



Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

XXXII. trânsito em julgado administrativo: momento processual em que a decisão de última instância se torna imutável e definitiva em âmbito administrativo, sendo este o 16º dia após a data da ciência inequívoca do interessado sobre a decisão de última instância.”

b) artigo 6º:

“Artigo 6º. A autoridade licenciadora será responsável pela emissão das autorizações ambientais vinculadas ao licenciamento, podendo emitir, conforme o caso, autorização de supressão de vegetação; autorização de intervenção em área de preservação permanente; autorização de supressão de árvores isoladas; Declaração para Vinculação; Alvará de Licença; e, Alvará de Licença de Obras Públicas.”

c) artigo 7º, *caput* e alínea b do inciso II, mantendo-se as demais sem alterações:

“Artigo 7º. No caso de interposição de recurso contra o indeferimento da solicitação de licença ambiental, autorização ambiental, Declaração para Vinculação, Alvará de Licença ou Alvará de Licença de Obras Públicas:

[...]

b) às Gerências do Departamento de Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental, no caso de licenciamento ambiental por meio de EAS;

[...]”

d) artigo 8º, *caput*:



Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

“Artigo 8º. A Autoridade Licenciadora e a Autoridade Julgadora podem solicitar apoio técnico e/ou jurídico de outras áreas da Companhia, desde que apresentem o ponto a ser esclarecido de forma específica.”

e) artigo 11:

“Artigo 11. Para fins de contagem de prazo, a data da ciência das notificações será constatada a partir da confirmação de leitura da tarefa constante do “Comunique-se” ou automaticamente após o 10º dia contado de forma corrida a partir do envio da mensagem ao endereço cadastrado na plataforma eletrônica utilizada pela CETESB.

§1º Os prazos estabelecidos nesta Decisão de Diretoria contam-se de forma corrida, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.

§2º Os prazos somente se iniciam ou se encerram em dia de expediente regular na CETESB, sendo prorrogados automaticamente para o primeiro dia útil subsequente se estes coincidirem com dia em que não houver expediente ou este for iniciado depois ou encerrado antes do horário regular.”

f) artigo 12:

“Artigo 12. Os processos administrativos de licenciamento ambiental se iniciam a partir do protocolo de SD ou Requerimento pelos Interessados dentro da plataforma eletrônica utilizada pela CETESB.”

g) artigo 13:



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

“Artigo 13. A análise técnica de SD ou Requerimento será iniciada no momento da finalização da tarefa “checklist” na plataforma eletrônica da CETESB, com a aprovação da documentação apresentada.

Parágrafo único. No caso de LOR, para garantia do benefício da extensão do prazo de validade da licença a ser renovada, a entrega total da documentação básica necessária deve ocorrer antes dos 120 dias do seu vencimento.”

h) artigo 14:

“Artigo 14. A listagem da documentação básica a ser solicitada por meio do “checklist” deve ser divulgada na página eletrônica oficial da CETESB.

Parágrafo único: A CETESB poderá exigir complementação de informações a qualquer momento da análise do processo.”

i) artigo 16:

“Artigo 16. Nas APM/APRM, cabe à Gerência ou Supervisão Técnica das Agências Ambientais a emissão da Declaração para Vinculação, do Alvará de Licença e do Alvará de Licença de Obras Públicas.

§1º Após a análise dos aspectos de fonte de poluição e das intervenções em recursos naturais e em APM/APRM, havendo viabilidade técnica e legal, a Licença Prévia deve ser emitida concomitantemente com a Declaração para Vinculação.



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

§2º. Após a emissão da Declaração para Vinculação, cabe ao Interessado providenciar a averbação do documento na matrícula do imóvel.

§3º Por ocasião da solicitação da Licença de Instalação, o Interessado deve apresentar à CETESB a Matrícula de Registro do Imóvel devidamente averbada com as restrições ambientais estabelecidas na Declaração para Vinculação.

§4º Após a apresentação da Matrícula de Registro do Imóvel devidamente averbada e avaliado o cumprimento das exigências estabelecidas na Licença Prévia, deverão ser emitidos o Alvará de Licença concomitantemente com a Licença de Instalação e a Autorização, quando couber.

§5º Nos casos em que as Licenças Prévias e de Instalação são emitidas concomitantemente, deve ser previamente emitida a Declaração para Vinculação e, após a apresentação da respectiva averbação na matrícula do imóvel, emite-se o Alvará de Licença com as referidas licenças ambientais e as autorizações.

§6º O Interessado terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da emissão da Declaração para Vinculação, para apresentar à CETESB a matrícula do Registro do Imóvel devidamente averbada.

§7º A averbação na matrícula do imóvel da Declaração para Vinculação é dispensada para a emissão do Alvará de Licença de Obras Públicas.



Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

§8º Nos casos em que couber TCRA e/ou TRPAV, estes serão emitidos concomitantemente à Declaração para Vinculação.

§9º A autorização de supressão de vegetação, intervenção em área de preservação permanente e/ou supressão de árvores isoladas será emitida concomitantemente com a Licença de Instalação e Alvará de Licença.”

j) artigo 17:

“Artigo 17. Nos casos de licenciamento com avaliação de impacto ambiental, deverão ser observados os procedimentos indicados na Resolução SMA nº 49/2014 e na Decisão de Diretoria nº 153/2014/I.

Parágrafo único. Nos casos de licenciamento com avaliação de impacto ambiental por meio de EIA, após aprovação do Consema, o processo retornará à Autoridade Licenciadora para emissão da licença ambiental.”

k) artigo 31, *caput*:

“Artigo 31. As decisões de deferimento ou indeferimento de SD ou Requerimento, bem como dos recursos serão publicadas no Diário Oficial do Estado e, após o trânsito em julgado, o processo administrativo será arquivado pelo sistema.”

Artigo 2º. Ficam acrescentados à Decisão de Diretoria nº 81/2022/P, de 24 de agosto de 2022, os dispositivos a seguir indicados, com a seguinte redação:



Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

a) artigo 11-A:

“Artigo 11-A. Os pedidos de prorrogação de prazo devem ser direcionados à Autoridade Licenciadora, a qual caberá se manifestar sobre o deferimento ou indeferimento do pedido, emitindo-se o devido “Comunique-se” ao Interessado.

Parágrafo único. Caso deferida a prorrogação de prazo solicitada, sua contagem se dará nos termos do artigo 11 acima.”

b) artigo 15-A

“Artigo 15-A. A autorização de supressão de vegetação, autorização de intervenção em área de preservação permanente e/ou autorização de supressão de árvores isoladas será emitida após a assinatura do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (“TCRA”) e/ou assinatura e averbação do Termo de Responsabilidade de Preservação de Área Verde para Lote (“TRPAV”).”

Artigo 3º. Revoga-se expressamente o artigo 18 da Decisão de Diretoria nº 81/2022/P, de 24 de agosto de 2022.

Artigo 4º. O terceiro Considerando da Decisão de Diretoria nº 81/2022/P, de 24 de agosto de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Considerando as regras vigentes no âmbito da Lei Estadual nº 997/1976, nos Decretos Estaduais nº 8.468/1976 e nº 47.400/2002, na Resolução Conama nº



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Referente ao Relatório à Diretoria Nº 024/2022/P, de 05 de setembro de 2022.

Relatora: Patrícia Iglecias

01/1986, na Resolução SMA nº 49/2014 e na Decisão de Diretoria nº 153/2014/l; e,”

Artigo 5º. O artigo 32 passa a ser inserido no Capítulo VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Artigo 6º. Esta Decisão de Diretoria entra em vigor nesta data.

Artigo 7º. Divulgue-se interna e externamente.

Diretoria Colegiada da CETESB, em 05 de setembro de 2022.

ORIGINAL DEVIDAMENTE
ASSINADO

PATRÍCIA IGLECIAS

Diretora – Presidente

ORIGINAL DEVIDAMENTE
ASSINADO

ARUNTHO SAVASTANO NETO

Diretor de Gestão Corporativa

ORIGINAL DEVIDAMENTE
ASSINADO

GLÁUCIO ATTORE PENNA

Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental

ORIGINAL DEVIDAMENTE
ASSINADO

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS

Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental

ORIGINAL DEVIDAMENTE
ASSINADO

PATRÍCIA IGLECIAS

Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental, em
exercício